

Por falta de luz, Defensoria e MP cobram ações da CEE Equatorial

Falha da Equatorial: privatização da CEEE foi inevitável

Mais um surto de demora no restabelecimento do serviço de eletricidade, poucos meses depois da privatização da CEEE-D, provoca uma onda de reação dos que se opuseram à venda por convicção ou por interesse. É legítimo, especialmente porque a Equatorial não responde à altura do desafio que encarou.

Na primeira entrevista à coluna após a posse, o primeiro indicado à presidência da CEEE Equatorial, Maurício Velloso, foi cobrado e se comprometeu a resolver a crônica a lentidão no restabelecimento do serviço.

— O plano é dar resposta rápida para a população. Sabemos que os investimentos que darão robustez ao sistema levam tempo, mas vamos ter

medidas e dar velocidade de resposta — prometeu.

O presidente já mudou, mas a promessa foi feita em nome da empresa, portanto, deve se honrada. Mas é preciso refrescar a memória: ao ser privatizada, a CEEE-D tinha um passivo de R\$ 7 bilhões, dos quais cerca de R\$ 4 bilhões foram repassados à nova controladora. Vamos supor que a empresa não tivesse sido privatizada: de onde sairia o dinheiro para eventuais obras de reforço do sistema? Havia ainda ameaça de perda de concessão, o que poderia entregar o serviço à boa sorte de cerca de um terço dos gaúchos.

Outra memória necessária ao debate é a qualidade do serviço prestado pela CEEE-D estatal: era a última colocada no ranking

da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de 2020, ainda não atualizado pela agência. A Equatorial conhecia o desafio que aceitou, tanto o financeiro quanto o técnico, como deixou claro Velloso:

— Sabemos que o Rio Grande do Sul tem eventos intensos, como ciclones extratropicais. Vamos reforçar o plano de contingência para atuar em casos de falta de fornecimento.

Desde a privatização, a conta de luz só subiu. Isso não ocorreu por desestatização, mas oferecer um serviço cuja qualidade seja do mesmo nível do preço que custa aos clientes é regra básica de qualquer empresa privada. É ruim para o consumidor, mas também é péssimo para a imagem da companhia.

CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA

Falta de energia faz instituições questionarem a CEEE Equatorial

Em alguns pontos, moradores estão há quatro dias sem luz. Empresa atribui problema a tempestades e "sistema sucatado"

ANDRÉ MAUROSSO

Milhares de moradores de Porto Alegre e da Região Metropolitana enfrentaram, ainda ontem, falta de energia elétrica, que ocorreu desde domingo em alguns pontos. Nas ruas de Terça-Feira e de ontem, protestos foram registrados em ruas da Capital e de Alvorada. Um deles com direito a fogo em via pública, no bairro São João, na zona leste da Capital. Entre as motivações, estavam a falta de previsão para o retorno da luz e problemas no atendimento oferecido pela CEEE Equatorial. O superintendente técnico da empresa, Julio Hofre, admitiu ontem pela manhã, à Rádio Gaúcha, que não há como esgotar as reclamações. Ao 10h, na área sob concessão da CEEE Equatorial, havia 45 mil clientes sem energia, segundo a empresa. A companhia acrescentou que seguiu trabalhando com "equipes disponíveis 24 horas". O cenário de caos com pessoas sem luz havia quatro dias levou instituições como Ministério Público do RS (MP), Defensoria Pública do Estado (DPE), Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Utilitários (Agregu) e Procon a reagirem. No MP, conforme o promotor Rosário Rizzato, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, o objetivo é fornecer, atender e informar aos clientes, especialmente em serviços de natureza pública. O MP diz que pretende negociar com a CEEE Equatorial se houver redução nos equívocos que atendem ao setor de reclamações. Questão não sobre possíveis sanções, cita que a Aneel tem poder de aplicar desde advertências a multas pesadas. E, em último caso, causar o fechamento do serviço. Consultado, o presidente da Aneel, Luís Augusto Serra, prometeu agir na aparência. — Vamos ser extremamente diligentes e rápidos para que seja comprovado que está envolvida no contexto com a CEEE Equatorial. Se o corpo gerencial não dá a resposta para os problemas, que seja colado para a rua. Estamos muito



Protesto no bairro São João, na noite de terça-feira, em Porto Alegre

preocupados. Ficou também sem identificação o grupo por serviço do 9000 da companhia, e foi solicitado atendimento. Sobre punições, Serra diz que há convênio com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que transfere a fiscalização para a Aneel. Neste momento, o dirigente afirma que acontece uma investigação. No fim do processo, é analisado se é possível aplicar multa. Hoje, às 10h, a Defensoria faz reunião com advogados da CEEE Equatorial para tratar do problema. O documento está a participação do defensor público e dirigente do Núcleo de Defesa do Consumidor, Rafael Magagnoli. A Defensoria resolveu que, caso interrupção de energia tenha sido causada por tempestade, a distribuição de energia deve ser feita imediatamente em uma rua, para restabelecer o serviço a partir da constatação da situação ou da comunicação do consumidor. Reclamações podem ser enviadas para e-mail mdoconsumidor@defprocon.rs.gov.br. Ao mesmo tempo, o Procon de Porto Alegre informou que abriu investigação sobre o caso envolvendo a CEEE Equatorial. Em outros pontos do Estado, havia outros 12 mil clientes sem luz há mais de duas horas da DPE, em razão dos recentes temporais. *Colaboração: Roger Siqueira e Carlos Cavallaro

Também faltou água

Depois de ver cerca de 30 bilhões de Porto Alegre sem água nos últimos dias por causa de falta de energia e do rompimento de uma adutora, o Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae) procurou atendimento prioritário da CEEE Equatorial. Segundo o diretor geral, Alessandro Garcia, houve demora de 14 horas para ter a luz restabelecida no Estação de Tratamento de Água (ETA) Médio Dique. — Nunca tínhamos ficado tanto tempo esperando com uma ETA desse tamanho sem funcionar. Depois que a CEEE Equatorial chegou lá, resolveu em 30 minutos — diz Garcia. Na terça, houve reunião entre Dmae, CEEE Equatorial e prokura. A CEEE Equatorial afirmou que "as companhias acertaram entre esforços no sentido de evitar que ocorresse como a da ETA Médio Dique aconteceu". Sobre a adutora rompida, que deixou de levar a água do Casba para a ETA São João no Zona Norte, ainda ontem havia reclamações de falta de água em razão do problema. Segundo o Dmae, a previsão é de normalizar o serviço na madrugada de hoje.

"Ano eleitoral", diz Leite sobre críticas a privatização

Em visita a Washington, no Estado Unidos, ontem, o governador Edvaldo Leite foi questionado por ZH sobre o problema envolvendo a CEEE Equatorial, privatizada sob o seu governo. Para Leite, quando empresa era estatal, também tinha problemas. O governador acrescentou que já havia pedido para a sua equipe acionar as agências reguladoras, Aneel e Aneel, a quem cabe fiscalizar o cumprimento do contrato. Rafael Magagnoli. — A Defensoria resolveu que, caso interrupção de energia tenha sido causada por tempestade, a distribuição de energia deve ser feita imediatamente em uma rua, para restabelecer o serviço a partir da constatação da situação ou da comunicação do consumidor. Reclamações podem ser enviadas para e-mail mdoconsumidor@defprocon.rs.gov.br. Ao mesmo tempo, o Procon de Porto Alegre informou que abriu investigação sobre o caso envolvendo a CEEE Equatorial. Em outros pontos do Estado, havia outros 12 mil clientes sem luz há mais de duas horas da DPE, em razão dos recentes temporais. *Colaboração: Roger Siqueira e Carlos Cavallaro

Contraponto

QUEDE DA CEEE EQUATORIAL — Em nota, diz que as últimas interrupções de energia ocorreram por um tempo seguido, desde domingo. No momento, não há grandes problemas para a rede elétrica e a falta de investimento no setor é o maior problema. — O Dmae informou que não houve grandes problemas para a rede elétrica e a falta de investimento no setor é o maior problema. — O Dmae informou que não houve grandes problemas para a rede elétrica e a falta de investimento no setor é o maior problema. — O Dmae informou que não houve grandes problemas para a rede elétrica e a falta de investimento no setor é o maior problema.



Irmã Teixeira teve de retirar produtos de freezers e geladeiras para não estragar

Famílias prejudicadas

GUILHERME MILMAN
guilherme.milman@rdggaucha.com.br

A falta de luz impedia, desde segunda-feira, cerca de cem alunos da creche Maria Dolabela Portella de frequentar as aulas nesta semana. A escola fica localizada na Rua Dona Otília, bairro Santa Tereza, zona sul da capital. Devido à ausência de energia, todos os alimentos que estavam na geladeira foram levados à sede da mantenedora da instituição. O temporal recente também provocou alagamento de algumas salas e destrutamento de parte da estrutura.

A coordenadora da escola, irmã Soleide Teixeira, lamentou a impotência diante do problema.

– Pais vêm trazer os filhos, e a gente tem que mandar de volta para casa porque não tem

condição de ter aula – relatou.

A Rua Dona Otília foi uma das mais atingidas pelo temporal de domingo. Ontem pela manhã, ainda havia cabos soltos e casas destelhadas no local. Moradores que sofriam com o desabastecimento de energia chegaram a protestar na noite da terça-feira. O empresário Carlos Eduardo Odorize conta que uma equipe da CEEE Equatorial esteve no local, mas não resolveu o problema.

– Disseram que não sabiam mapear a rede elétrica, estavam perdidos – contou Odorize.

Próximo dali, no bairro Nonoai, moradores de um prédio na Rua Cangussu também enfrentavam desabastecimento por quase três dias. O professor e engenheiro Otávio Simões Mano relatou diversos problemas:

– Estamos sem internet, já não

consigo mais usar dados móveis. O portão da garagem só abre manualmente, demoro muito para entrar quando chego do trabalho à noite, com chance de ser assaltado. Muito difícil viver sem luz.

Porém, no final da manhã de ontem, vizinhos informaram que a luz havia retornado na área. Já no bairro Lagedau, extremo-sul da Capital, o aposentado Flavio Carbone estava desde domingo acendendo velas em casa. Com ajuda de extensão ligada em vizinhos, conseguiu garantir a energia em alguns pontos da casa, localizada na Rua Nelson Boeira Faedrich.

– Estamos há três dias assim – disse Carbone, ontem.

Instantes depois, uma equipe da CEEE Equatorial esteve no local e em outros pontos da rua para fazer o conserto e a energia foi restabelecida.

PERIMETRAL

PAULO GERMANO

paulo.germano@zerohora.com.br
@paulogermanopg



Foi um erro privatizar?

O serviço pavoroso de fornecimento de energia elétrica, que ganhou contornos dramáticos depois do temporal de domingo, com clientes sem luz há quatro dias em Porto Alegre e na Região Metropolitana, abriu uma controversa discussão política sobre a privatização da CEEE. Não restam dúvidas de que tudo piorou – e muito – desde que o Grupo Equatorial, em julho do ano passado, assumiu o braço de distribuição da companhia. A gestão da concessionária é um desastre absoluto, com capacidade de resposta praticamente nula e um atendimento ao consumidor que irritaria Dalai Lama.

E o pesadelo, vale lembrar, não vem de hoje. Clientes que estão de mudança, por exemplo, têm enfrentado semanas de via-crúcis – com atendentes desinformados e orientações desencontradas – para ter a luz ligada na casa nova. Um problema que, antes da privatização, era solucionado em 24 horas. Nos últimos dias, o mais revoltante talvez seja a falta de perspectiva. Em entrevistas, representantes da CEEE sequer oferecem uma ideia de quando a situação vai se normalizar.

Moradores atingidos pelo apagão, antes acostumados com mensagens de texto informando o horário de retorno da luz, agora recebem o seguinte: “Nosso sistema está em manutenção”.

A privatização, portanto, foi um erro? Difícil responder à pergunta sem analisar como era a CEEE nos tempos de estatal. Alguém talvez diga que o serviço

era excelente – afinal, a situação hoje é muito pior –, mas não é verdade: já era péssimo. A dívida milionária da companhia, aliás, incluía uma montanha de multas por descumprimento dos padrões mínimos de qualidade. Incluía também anos e anos de ICMS não pago, ou seja, dinheiro que o Estado deixava de arrecadar.

Foi com a CEEE estatal que os gaúchos aprenderam a normalizar um absurdo: quando chove, vai faltar luz. Isso não existe em nenhum lugar do planeta onde o serviço de fornecimento de energia funciona – e não, não precisa enterrar a fiação para evitar apagões; basta fazer gestão eficiente da infraestrutura que se tem. Mas, para isso, são necessários investimentos. E a CEEE estatal, como se sabe, não tinha dinheiro para isso.

Quando comprou a companhia, o Grupo Equatorial assinou contrato se comprometendo a investir em planejamento, melhorias na rede, qualidade do serviço, atendimento etc. Mas, até agora, nada. Os órgãos fiscalizadores, além de multar a empresa pela evidente incompetência dos últimos meses, terão de verificar quanto tempo levará para os resultados aparecerem. Seis meses? Cinco anos? É inadmissível que se submeta uma comunidade a um prazo tão longo de serviços mal prestados. Ou a Equatorial se emenda de uma vez, ou o governo do Estado deve rescindir o contrato e fazer um novo edital. Erro, mesmo, é as coisas seguirem assim.

ACREDITAR NA PRIVATIZAÇÃO

ARTUR LEMOS
Secretário de Estado

Antes de mais nada, o governo do Estado lamenta os prejuízos e os transtornos causados pela interrupção no fornecimento de energia elétrica. Não há justificativa técnica que possa minimizar os efeitos concretos sobre a vida de quem sofre com a falta de um insumo tão indispensável às pessoas e às empresas. Em relação ao episódio recente envolvendo a CEEE Equatorial, portanto, devemos explicar à população gaúcha aquilo que nos cabe como regulador por delegação.

Por outro lado, também em respeito ao povo do nosso Estado, devemos fazer a defesa do processo que conduziu a gestão da companhia à iniciativa privada. Entendemos que é necessário sustentar a nossa convicção em relação à privatização, porque este governo foi eleito com o objetivo de promover este redesenho da máquina pública, com o intuito de reorganizar financeiramente a administração e modernizar a infraestrutura.

A privatização não produziu os problemas da CEEE. Não é de agora que existem demoras no restabelecimento da energia e deficiências na relação da empresa com os seus consumidores. Foram anos de investimento similares, os quais, além de impedir a expansão adequada da rede, levaram à deterioração da estrutura. A empresa foi engolida por interesses corporativos e mergulhou em uma crise financeira, cuja emergência levou ao não repasse do ICMS que cobra os consumidores.

Nosso governo condiz privatizações e concessões porque acredita que é um modelo capaz de retirar o Rio Grande do Sul da instável financeira, desonerando o setor público de tarefas acessórias, concentrando esforços em áreas essenciais e reanimando investimentos, que por muitos anos também desapareceram do nosso Estado – recursos com força para reanimar a economia e as pessoas. Cabe agora – e estamos trabalhando nisso – fortalecer a nossa Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (Agerps), para que ela apte-se ainda mais a sua tarefa de regulação, fiscalização e punição no descumprimento de contratos, lembrando que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Anel) é a titular da regulação.

Privatizar e conceder é uma convicção. Não vamos abrir mão dela por conta de obstáculos. Antes, vamos seguir trabalhando para aperfeiçoar as operações já realizadas, aprendendo com elas para nos preparar as próximas, porque sabemos o caminho que escolhemos: apresentar e implementar soluções no Rio Grande do Sul.

Não é de agora que existem demoras no restabelecimento da energia e deficiências na relação da empresa com os seus consumidores

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Capital e região metropolitana